

FMS CPM GERIN
BIBLIOTECA
Jornal Tribuna da Bahia
Data 14.01.93
Caderno Cidade Página 2
Seção
Assunto Habitação

Prefeitura intervém em invasão no Parque de Pituaçu

MARIALVA GOMES
Editoria do 2º Caderno

A prefeitura, através da Superintendência de Controle e Ordenamento do Solo (Sucom), derrubou ontem cinco construções na invasão do "Colarinho Branco", na avenida Jorge Amado. A área invadida pertence ao Parque Metropolitano de Pituaçu e os prédios seriam destinados a estabelecimentos comerciais, a exemplo de outros já existentes no local. Vários proprietários tentavam salvar blocos, ferros e até portas de metal, já instaladas.

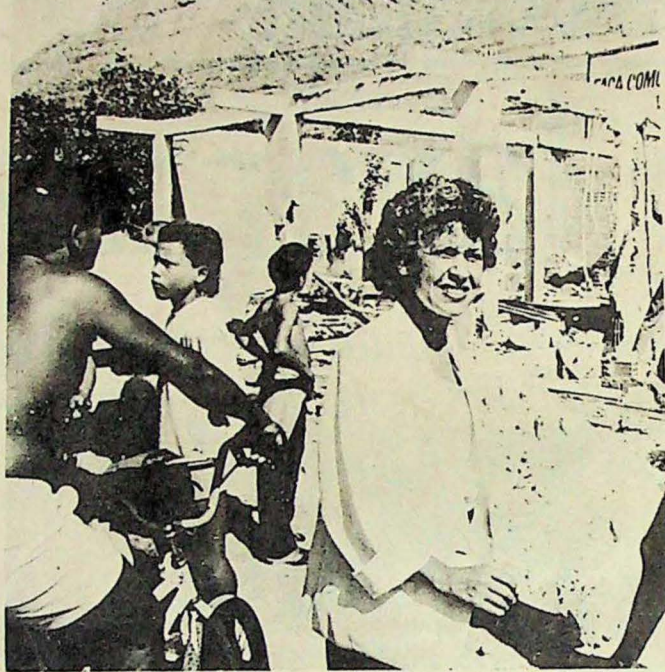
Essa operação faz parte do projeto municipal de controle de ocupação do solo urbano. O superintendente José Fideles Sarno esclarece que os donos das construções não possuem alvará de funcionamento, licença do CREA para construir ou qualquer documento que os torne legais.

Os proprietários garantem que pagam o IPTU há um ano, mas não têm escritura do terreno, que foi adquirido das mãos de moradores do local. Leopoldo dos Santos, que pretendia montar uma borracharia na área, é um desses casos.

As construções começaram a ser erguidas há dois meses e de acordo com uma proprietária, que não quis se identificar, a prefeitura nunca fez nenhuma notificação para o embargo da obra. "Eu gastei mais de Cr\$ 20 milhões na compra do terreno e na obra, eram as minhas economias. Por que a prefeitura não demoliu também os outros prédios?" questiona. A loja que ela estava construindo seria para a instalação de uma locadora de vídeo.

INQUÉRITO — José Fideles Sarno esclarece que a legislação não prevê a notificação para esses casos. "As outras lojas, que já estão em funcionamento, serão notificadas e podemos abrir um inquérito administrativo para resolver a questão, mas no caso de construções a medida é demolir", afirma. Quanto às pessoas que garantem ter documentação, ele espera que procurem a Sucom para discutir a situação, mas adianta que qualquer licença concedida pela prefeitura certamente é ilegal, pois a área é de preservação ecológica e não pode ser ocupada. Nesse caso, os responsáveis serão punidos dentro do que prevê a lei.

A prefeita Lídice da Mata, que acompanhou parte da demolição, diz que considera muito difícil a existência de documentos legais. "Se houvesse documentos as pessoas teriam nos procurado, se elas têm direito, que se apresentem", comenta. Ela reafirmou a declaração do superintendente José Sarno em punir possíveis responsáveis pelas licenças para as construções através de inquérito administrativo. "A determinação da prefeitura é coibir a ocupação indevida do solo e irregularidades da cidade", garante a prefeita.



A prefeita acompanhou pessoalmente a remoção da invasão

Lídice promete urbanização para as favelas

A moradia é uma das prioridades da administração municipal, que pretende colocar em prática um projeto de urbanização de favelas. A declaração foi feita ontem pela prefeita Lídice da Mata, durante visita ao arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, dom Lucas Moreira Neves, no Palácio Arquiepiscopal.

O cardeal lembrou que a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica para este ano, a ser lançada no próximo dia 24, terá como tema a moradia. A prefeita falou também sobre o programa de planejamento familiar que deverá ser discutido com todos os segmentos da sociedade. Dom Lucas disse que a Igreja pode oferecer alternativas de planejamento natural.

O arcebispo demonstrou curiosidade com relação aos primeiros dias da atual administração municipal, considerando que "é um desafio cotidiano". Lídice falou sobre a "fase de arrumação da casa".